



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

EDITAL

ATENÇÃO

No Acórdão TCU n.º 754-2015 – Plenário, houve expressa determinação para que a Administração Pública instaure processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002 tanto na licitação quanto no contrato.

Nesse contexto, alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0006694-23.2022.4.04.8000

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, a seguir denominado TRF4, por intermédio do Núcleo de Licitações e Contratos, torna pública, a todos os interessados, a realização do **Pregão Eletrônico n.º 34/2022**, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, visando à contratação do objeto abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006 e o Decreto n.º 10.024/2019, com aplicação subsidiária das Leis n.º 8.666/1993 e n.º 8.078/1990 e demais normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital. No dia **05/10/2022, às 14 horas** (horário de Brasília), na unidade supracitada, no 7º andar do Prédio Administrativo, à Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90010-395, será realizada a sessão pública on-line por meio do Portal de Compras do Governo Federal, sistema Compras.gov.br.

1 – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa para prestação de seguro anual para os imóveis e instalações que constituem os prédio-sede do TRF4 - na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, Bairro Praia de Belas – e o prédio anexo do TRF4 – na Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170, Bairro Praia de Belas – bem como para os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas, equipamentos e sistema de vigilância, integrantes do patrimônio do TRF4, alocados nos referidos prédios, ambos próprios da União e localizados em Porto Alegre/RS.

1.2. O seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

1.2.1. Cobertura Básica, isenta de franquia, para todos os prédios juntamente com seu conteúdo, citados no Objeto, contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos, assim como demolição, desentulho e remoção de escombros.

1.2.2. Acessórias para:

1.2.2.1. Garantia de Danos Elétricos para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do TRF4 - próprios da União, cobertura de 1% (um por cento) do valor de avaliação/referência e franquia máxima de 10% (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) - a seguradora responderá por avarias, perdas e danos causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas de qualquer tipo, integrantes das instalações descritas nas Especificações dos Bens Móveis e Imóveis abaixo ou constantes do Sistema de Gestão Patrimonial do TRF4 (GEAFIN), em consequência de variações anormais de tensão, curto-circuito, arco-voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica;

1.2.2.2. Garantia de Derrame d'Água ou Substância Líquida Contida em Chuveiros Automáticos (sprinklers), para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do TRF4 - próprios da União, cobertura de 5% (cinco por cento) do valor de avaliação/referência e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) – a seguradora se responsabilizará por perdas e danos materiais causados aos bens integrantes das instalações descritas nas Especificações dos Bens Móveis e Imóveis abaixo ou constantes do Sistema de Gestão Patrimonial do TRF4 (GEAFIN), diretamente por infiltração ou derrame de água ou outra substância líquida contida em instalações de chuveiros automáticos. Considera-se instalação de chuveiros automáticos (sprinklers) exclusivamente as cabeças dos chuveiros automáticos, encanamentos, válvulas, acessórios, tanques, bombas dos chuveiros e toda a canalização da instalação de proteção contra incêndio inerente e formando parte das instalações de chuveiros automáticos;

1.2.2.3. Garantia de Furto Qualificado e Roubo de Bens, para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do TRF4 - próprios da União, cobertura de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a seguradora responderá por perdas e danos causados aos bens integrantes das instalações descritas nas Especificações dos Bens Móveis e Imóveis abaixo ou constantes do sistema de registro patrimonial do TRF4 (GEAFIN), em decorrência de roubo qualificado ou de furto qualificado, bem como os danos causados ao imóvel segurado onde se encontrem os referidos bens, quer o evento se tenha consumado, quer se tenha caracterizado a simples tentativa, ocasionado pelo emprego das formas de violência à pessoa ou ao local em que se encontram os bens segurados.

1.2.2.4. Garantia de Vendaval, Tornado e Granizo para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do TRF4 - próprios da União, cobertura de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

1.2.2.5. Garantia de Responsabilidade Civil para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do TRF4 - próprios da União, cobertura de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por danos materiais e/ou corporais.

1.3. Para fins de proposta de seguro, deverão ser considerados os valores estimados de avaliação/referência, constantes dos sistemas do registro patrimonial do TRF4 (GEAFIN) e da Secretaria de Patrimônio da União (SPIUNET), que seguem:

1.3.1. Bem imóvel – Prédio-Sede do TRF4: R\$ 126.569.452,35 (cento e vinte e seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos);

1.3.2. Data Center: R\$ 3.846.771,23 (três milhões, oitocentos e quarenta e seis mil setecentos e setenta e um reais e vinte e três centavos);

1.3.3. Bens móveis e equipamentos alocados no Prédio-Sede do TRF4 (15.892 itens): R\$ 47.590.653,55 (quarenta e sete milhões, quinhentos e noventa mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos);

1.3.4. Bem imóvel – Prédio Anexo do TRF4: 51.039.935,21 (cinquenta e um milhões, trinta e nove mil novecentos e trinta e cinco reais e vinte e um centavos);

1.3.5. Bens móveis equipamentos alocados no Prédio Anexo (1425 itens): R\$ 3.319.353,15 (três milhões, trezentos e dezenove mil trezentos e cinquenta e três reais e quinze centavos);

1.3.6. Bens imóveis: sistemas de geração de energia solar fotovoltaica instalados no TRF4, valor R\$ 988.475,00 (novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

1.3.7. Total de bens imóveis, móveis e equipamentos (somatório dos valores dos itens 1.3.1 a 1.3.6): R\$ 233.354.640,49 (duzentos e trinta e três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos).

1.4. As instalações, itens e respectivos valores se encontram discriminados no Anexo I e nos sistemas do registro patrimonial do TRF4 (GEAFIN) e da Secretaria de Patrimônio da União (SPIUNET), sujeitos a eventuais alterações em razão de novas aquisições ou desfazimento de bens durante o período da cobertura.

1.4.1. Os bens adquiridos após o levantamento executado para a contratação pretendida serão considerados cobertos pela apólice, sem ônus adicional para o TRF4.

1.4.2. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados nas dependências do TRF4, entre os prédios acima indicados ou novos que possam ser ocupados, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

1.5. O seguro deverá ter vigência de 01 (um) ano, tendo início às 24:00h (vinte e quatro horas) do dia 07/10/2022.

1.6. Os imóveis, instalações e bens móveis que constituem o objeto da contratação não possuem registro de sinistros da natureza das coberturas pretendidas.

1.7. As licitantes poderão realizar visita ao prédio-sede do TRF4 localizado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300 e o prédio anexo, na Rua Ibanor José Tartarotti, n.º. 170, bairro Praia de Belas, ambos nesta Capital, com antecedência de até 01 (um) dia útil antes da data marcada para o recebimento das propostas.

1.7.1. As visitas destinam-se à vistoria, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes à realização dos serviços que compõem o objeto da licitação, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes desse Edital.

1.7.2. As visitas ao prédio sede e anexo somente serão realizadas em dias úteis, das 11 às 19 horas, e deverão ser previamente agendadas junto ao Núcleo de Manutenção - NUMAN do TRF4, por meio dos telefones (51) 3213-3715 e 3213-3718.

1.7.3. As visitas deverão ser feitas por profissional qualificado da empresa interessada, o qual deverá estar munido de documento de identificação e de instrumento que o habilite à representação legal da empresa.

1.7.4. No dia e hora agendados, o servidor designado pelo Núcleo de Manutenção – NUMAN do TRF4 acompanhará a visita das empresas interessadas.

1.7.5. A não realização de visita não admitirá à licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para a execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

1.8. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema

Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Esta licitação sob a modalidade “Pregão Eletrônico” será realizada em sessão pública on-line, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.1.1 Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

2.2. Para participação neste Pregão Eletrônico as empresas, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, deverão:

2.2.1. atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;

2.2.2. estar devidamente credenciadas no sistema Compras.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para acesso ao sistema eletrônico;

2.2.3. possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. O órgão central do Sistema de Serviços Gerais – Sisg atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.4. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema, que cumpre os requisitos para a habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, no Decreto n.º 10.024/2019 e no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

2.6.2. empresa ou sociedade estrangeira;

2.6.3. empresas punidas com suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, incisos III e IV, da Lei n.º 8.666/1993; e

2.6.4. empresas declaradas impedidas para licitar ou contratar com a União, nos termos do Decreto n.º 10.024/2019 e do art. 7º, da Lei n.º 10.520/2002.

2.7. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

2.7.1. estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

2.7.2. estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

2.7.3. ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br, incluindo-se a proposta

com o objeto ofertado e preço, bem como os documentos de habilitação.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, observado o seguinte:

3.1.1. o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.1.2. a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;

3.1.3. o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Divulgado o Edital no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, os interessados em participar desta licitação deverão acessar esse sítio, mediante utilização de chave de acesso e senha privativa de licitante, o sistema “Pregão Eletrônico” para encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico:

PROPOSTA COMERCIAL NO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1.1. Proposta comercial através do preenchimento dos campos pertinentes do sistema eletrônico, contendo as seguintes informações:

4.1.1.1. descrição detalhada do objeto, contendo os elementos indispensáveis à precisa caracterização do objeto ofertado;

4.1.1.2. preço total, indicado em moeda corrente nacional, sendo vedada a cotação de quantitativo inferior ao estimado e qualquer identificação nesse momento, sob pena de desclassificação. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com embalagens, transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

4.1.1.3. prazo de entrega da apólice do seguro de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato;

4.1.1.4. prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, §3º, da Lei n.º 8.666/1993 e art. 6º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, sem prejuízo do efeito suspensivo previsto no art. 109, §2º, da referida Lei n.º 8.666/1993.

4.1.1.5. As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião do envio eletrônico da sua proposta, para fins de se beneficiarem do direito de preferência estabelecido na Lei Complementar n.º 123/2006, deverão declarar, em campo próprio do sistema Compras.gov.br, que atendem aos requisitos do artigo 3º da referida Lei.

4.1.1.6. É vedada qualquer forma de identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

DA PROPOSTA COMERCIAL NOS MOLDES DO ANEXO II

4.1.2. Proposta comercial, através da inclusão do arquivo no campo correspondente no sistema eletrônico. Preferencialmente, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas nos moldes do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, deste Edital.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1.3. Os documentos de habilitação exigidos neste Edital.

4.2. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que publicado o Edital no sistema Compras.gov.br, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão.

4.3. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF ou sítios oficiais para consulta/verificação, de acordo com o art. 43 do Decreto n.º 10.024/2019, assegurado aos demais interessados o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.4. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e/ou documentos anteriormente apresentados.

4.5. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

4.6. Havendo omissão de dados da licitante na sua proposta, considerar-se-ão aqueles constantes da documentação de cadastramento.

4.7. Havendo omissão aos prazos referidos neste item, aplicar-se-ão os termos nele estipulados.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.9. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão solicitados pelo pregoeiro e encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38 do Decreto n.º 10.024/2019.

5 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública on-line via internet, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

5.2. Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou ostentarem identificação do proponente.

5.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.4. A partir da abertura da sessão pública on-line até o encerramento da fase lances, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer através do sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (chat), vedada qualquer identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

6 – DA COMPETITIVIDADE E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. O sistema eletrônico ordenará, automaticamente, as propostas classificadas que participarão da fase de lances. Por ocasião do início da fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2. A licitante será imediatamente informada pelo sistema do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

6.3. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

6.3.1. as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.3.2. a licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.3.3. não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção

de lances.

6.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.10. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada.

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o sistema Compras.gov.br identificará, em coluna própria, para os fins do direito de preferência estabelecido nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as microempresas ou empresas de pequeno porte participantes.

7.2. Caso a proposta de menor preço não seja de uma microempresa, o sistema fará uma comparação entre a proposta da primeira colocada e as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte, na ordem de classificação.

7.3. A proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrar na faixa de até 5% (cinco) por cento acima da proposta de menor preço, é considerada empatada com a primeira colocada e terá o direito de encaminhar, no prazo de 05 (cinco) minutos, para fins de desempate, uma última oferta, obrigatoriamente em valor menor do que a primeira colocada, sob pena de decair do direito de preferência.

7.3.1. A convocação e o controle do prazo para o exercício desse direito de preferência serão feitos automaticamente pelo sistema.

7.3.2. Caso desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará para o exercício desse direito, na ordem de classificação, enquanto necessário, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que também se encontrem na condição de empate.

7.4. Ocorrendo proposta de desempate de microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema disponibilizará a nova classificação das propostas, para fins de aceitação pelo pregoeiro.

7.5. Na hipótese de empate, após a fase de lances, entre propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% acima da primeira classificada, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais, definindo automaticamente a ordem de convocação para o exercício do direito de preferência de oferta de desempate.

7.6. Não havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte na faixa de até 5% acima do menor preço obtido na fase de lances, ou não havendo êxito no procedimento de desempate, prevalecerá a classificação inicial.

7.7. O pregoeiro deverá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso com vistas à obtenção de melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

7.7.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.7.2. A licitante será convocada, por meio do chat, por 03 (três) vezes consecutivas em intervalos de 05 (cinco) minutos. Nas hipóteses de a licitante não estar conectada ao sistema eletrônico ou não apresentar manifestação, em caso de preço excessivo, o pregoeiro desclassificará sua proposta comercial.

7.8. Nos casos em que for necessária a adequação da proposta ao lance final ou à negociação, a licitante vencedora terá o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas da solicitação do pregoeiro para apresentar nova planilha de preços contemplando o lance final ofertado, podendo esse prazo ser prorrogado no interesse da Administração.

7.8.1. A adequação ao valor do lance final ou da negociação deverá incidir proporcionalmente sobre todos os itens/subitens que compõem o objeto da proposta/licitação.

7.9. O pregoeiro poderá solicitar o envio de anexos ou declarações, juntamente com a proposta adequada ao último lance (convocação de anexo).

7.9.1. Os anexos ou declarações terão por objetivo a comprovação de requisitos estabelecidos no Edital e/ou demonstrativo de composição de preços.

7.9. Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor não serem aceitos ou se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.9.1. No julgamento das propostas considerar-se-ão o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos, o menor preço, o valor de mercado e a exequibilidade dos valores ofertados.

7.10. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço para o objeto licitado e cumprir todos os requisitos de habilitação.

7.11. Para fim de contratação, faturamento e pagamento de valor proposto constante do sistema Compras.gov.br, considerar-se-ão somente as duas primeiras casas após a vírgula, sem arredondamento.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo pregoeiro da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

8.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

8.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

8.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

8.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

8.2. Para habilitação neste Pregão Eletrônico, a licitante deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal Federal (Fazenda Nacional, INSS e FGTS), Municipal e Trabalhista (CNDT), cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, confirmado por meio de consulta durante a sessão;

8.2.1. A prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, contempla, no mínimo, o seguinte tributo: ISSQN.

8.2.2. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados ou se encontrem fora do prazo de validade, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal previstos na legislação deverão ser encaminhados, via sistema Compras.gov.br, no momento do cadastramento da proposta, mesmo quando apresentem restrições.

8.2.2.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s), conforme art. 43, § 3º, do Decreto n.º 10.024, de 2019.

8.2.2.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal obedecerá o seguinte:

8.2.2.2.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.2.2.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará a inabilitação da licitante.

8.3. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

8.3.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520/2002;

8.3.2. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, nos termos do art. 27, V, da Lei n.º 8.666/1993.

8.3.3. As declarações previstas nos itens 8.3.1 e 8.3.2 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo pregoeiro durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

8.4. Para fins de habilitação deverão ser apresentados pela empresa licitante Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade, que comprove que a seguradora está autorizada a operar.

8.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, para confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados quando do cadastramento da proposta, a licitante será convocada a encaminhá-los, via sistema eletrônico.

8.5.1. A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte poderá ser feita

mediante apresentação de original ou cópia autenticada da comunicação do registro efetuado pelas Juntas Comerciais ou pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, ainda, por outro meio idôneo e formal de certificação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida por órgão competente, tudo consoante dispõe o artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.6. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital, sem prejuízo das demais sanções nele previstas, será inabilitada.

8.7. Os documentos e certidões exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou sítios oficiais para consulta/verificação, de acordo com o art. 43 do Decreto n.º 10.024/2019, deverão ser enviados quando do cadastramento da proposta, nos termos do disposto no art. 26 deste Decreto.

9 - DA ADJUDICAÇÃO

9.1. Atendidas todas as exigências fixadas neste Edital e observado o critério do menor preço, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.2. Não atendidas todas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o pregoeiro inabilitará a licitante classificada em primeiro lugar e, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, no Decreto n.º 10.024/2019 e no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002 para a hipótese, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital e, feita a negociação, será a respectiva licitante declarada vencedora.

9.3. A adjudicação será global.

9.4. A eficácia constitutiva da adjudicação decorrerá do ato de homologação desta licitação, a ser praticado pela autoridade competente.

10 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. A proposta comercial ajustada ao valor do lance final ou da negociação, bem como os demais documentos complementares, serão solicitadas pelo pregoeiro, via chat, para serem enviados, via sistema Compras.gov.br (convocação de anexo), no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por razões de fato ou de direito, no interesse da Administração.

10.1.1. Solicita-se às empresas que as propostas sejam encaminhadas nos moldes do Anexo II deste Edital.

10.1.2. A proposta comercial, a ser enviada nos termos previstos neste item, deverá conter a identificação do proponente, CNPJ, endereço eletrônico, endereço comercial, números de telefone e homepage e ser apresentada obrigatoriamente em meio eletrônico, datada e assinada pelo responsável legal da empresa, observados os demais dados e prazos exigidos neste Edital (ver item 4 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL).

10.1.3. A razão social e o número do CNPJ serão os mesmos constantes da documentação de cadastro e Nota Fiscal a ser emitida.

10.2. A licitante vencedora deverá encaminhar cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação, no caso do representante legal

não ser dirigente cadastrado no SICAF.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Proclamada a vencedora, o pregoeiro oportunizará às licitantes manifestarem motivadamente eventual intenção de interpor recurso, concedendo o prazo de 03 (três) dias para apresentação das suas razões.

11.1.1. A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante.

11.1.2 A manifestação de interpor recurso será feita em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão pública on-line.

11.2. Da intenção de recurso e síntese das suas razões, o pregoeiro registrará desde logo a intimação das demais licitantes, que poderão, querendo, apresentar contrarrazões, também em 03 (três) dias contados do término do prazo do recorrente.

11.3. Os autos eletrônicos do processo correspondente a este procedimento licitatório poderão ser solicitados ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, das 13 às 18 horas, no endereço indicado no preâmbulo, ou pelos telefones (51) 3213-3740/3741 e e-mail: dlc@trf4.jus.br, seja para fins de formulação das razões de recurso ou de contrarrazões.

11.4. O início da contagem dos prazos, bem como o seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

11.5. Os recursos admitidos serão processados de acordo com o previsto no Decreto n.º 10.024/2019 combinado com o art. 109 da Lei n.º 8.666/1993.

11.6. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 – DA NOTA DE EMPENHO

12.1. A Nota de Empenho será emitida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de homologação da licitação.

12.1.1. A inobservância deste prazo pela Administração não afeta o direito subjetivo de contratar da licitante vencedora, salvo hipótese de revogação ou nulidade do procedimento.

12.2. Após emitida, a Nota de Empenho será apresentada, remetida ou transmitida à licitante vencedora, pelas formas e meios de comunicação ou intimação previstos neste Edital, constituindo este ato a sua convocação para assinatura do instrumento de contrato.

13 – DO CONTRATO

13.1. Integra o presente Edital, em anexo, a minuta do instrumento de contrato, que será assinado eletronicamente entre o TRF4 e a licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informações, sob pena de caracterizar renúncia ao seu direito de contratação, ficando sujeita às sanções previstas para a hipótese. A assinatura da licitante vencedora se dará mediante login e senha fornecidos por este TRF4, em conformidade com a regulamentação do

processo administrativo eletrônico desta Corte;

13.1.1. Observado o prazo de validade da proposta, o prazo previsto para a assinatura do instrumento de contrato poderá ser estendido a critério da Administração.

13.2. Por ocasião da assinatura do contrato ou até o primeiro dia da sua vigência, a empresa deverá apresentar formalmente ao Gestor, para aceitação do TRF4, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do TRF4 ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do contrato.

13.3. Se o proponente vencedor não apresentar situação regular na assinatura do contrato ou, nos termos do art. 4º, XXIII, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, se recusar tácita ou expressamente a assinar o instrumento contratual, poderá ser convocada outra licitante, na ordem de classificação, examinando-se sua última oferta válida e verificando-se a aceitabilidade, procedendo-se à habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, hipótese em que a licitante será declarada vencedora e o item/itens do objeto ser-lhe-ão adjudicados.

13.4. A existência, no quadro societário da licitante vencedora, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, implicará impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução n.º 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

13.5. Por ocasião da prorrogação do contrato, de acordo com o art. 57, inc. II, da Lei n.º 8.666/93, além da documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, serão consultados os sítios oficiais para verificação da seguinte documentação:

13.5.8.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

13.5.8.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

13.5.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

14 – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

14.1. O objeto da presente licitação será recebido e pago pelo TRF4 de acordo com o constante no Anexo III – Minuta de Contrato, integrante do presente Edital.

15 – DAS SANÇÕES

15.1. A recusa do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, sujeita-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

15.2. Nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do art. 49 do Decreto n.º 10.024, de 20/09/2019, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e das multas previstas neste Edital e no contrato (quando houver), garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- 15.2.1. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- 15.2.2. não entregar a documentação exigida no edital;
- 15.2.3. apresentar documentação falsa;
- 15.2.4. causar o atraso na execução do contrato;
- 15.2.5. não manter a proposta;
- 15.2.6. falhar na execução do contrato;
- 15.2.7. fraudar a execução do contrato;
- 15.2.8. comportamento de modo inidôneo;
- 15.2.9. declarar informações falsas;
- 15.2.10. cometer fraude fiscal.

15.3. As sanções descritas acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

15.4. Na aplicação das sanções previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 87, "caput", da Lei n.º 8.666/1993.

15.5. As multas e outras penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante ou contratada, no SICAF.

15.6. Na aplicação das sanções previstas, a Administração observará as determinações da Portaria n.º 569/2014 do TRF4.

15.7. Assinado o contrato (vide Anexo III), prevalecerão as sanções nele estabelecidas.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O Edital estará à disposição dos interessados no Núcleo de Licitações e Contratos, nos dias úteis, das 13 h às 18 h, e na internet para download, nos endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e www.trf4.gov.br.

16.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.3. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

16.4. Por ocasião da análise das propostas e/ou documentação, poderá o pregoeiro diligenciar para sanar erros ou falhas, conforme art. 47 do Decreto n.º 10.024/2019.

16.5. Aplicam-se à presente licitação, subsidiariamente, a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas legais pertinentes.

16.6. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta licitação, serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pela licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

16.7. Informações complementares ou esclarecimentos de dúvidas relativas a esta licitação, inclusive técnicas, também deverão ser solicitadas ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, das 13 às 18 horas, no endereço indicado no preâmbulo, ou pelos telefones (51) 3213-3741/3745, e e-mail: dlc@trf4.jus.br, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para a abertura da licitação.

16.8. As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas/encaminhadas em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão desta licitação, nos termos do art. 24 do Decreto n.º 10.024/2019, por meio eletrônico, para o endereço dlc@trf4.jus.br, ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, sendo consideradas recebidas na data/hora de sua chegada.

16.9. As decisões/respostas às impugnações ou pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data do seu recebimento, sem prejuízo da sua disponibilização no link das licitações, junto ao Edital, e na página do TRF4.

16.10. O pedido de vista aos autos do processo eletrônico, ao qual corresponde o procedimento licitatório, deverá ser solicitado pelo e-mail; dlc@trf4.jus.br, e a liberação de acesso se fará via e-mail para o solicitante.

16.11. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I – Termo de Referência;

16.11.2. Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Contrato;

16.11.4. Anexo IV – Relatórios (doc. SEI 6250753 e 6250764)

16.12. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas desta licitação.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

SEGURO ANUAL PARA IMÓVEL E INSTALAÇÕES DO TRF 4ª REGIÃO

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro anual para o imóvel e instalações que constituem o Prédio-Sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - próprio da União - na rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, bem como para os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas, equipamentos e sistema de vigilância, integrantes do patrimônio do TRF-4 alocados no Prédio-Sede acima referido;

1.2. Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro anual para o imóvel e instalações que constituem Prédio Anexo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - próprio da União - na Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, bem como para os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas, equipamentos e sistema de vigilância, integrantes do patrimônio do TRF-4 alocados no Prédio Anexo acima referido;

2. COBERTURAS:

O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

2.1. Cobertura Básica, isenta de franquia, para todos os prédios juntamente com seu conteúdo, citados no Objeto, contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos, assim como demolição, desentulho e remoção de escombros.

2.2. Acessórias para:

2.2.1. Garantia de Danos Elétricos para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - próprio da União, cobertura de 1% (um por cento) do valor de avaliação/referência e franquia máxima de 10% (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) - a seguradora responderá por avarias, perdas e danos causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas de qualquer tipo, integrantes das instalações descritas nas Especificações dos Bens Móveis e Imóveis abaixo ou constantes do Sistema de Gestão Patrimonial do TRF-4ª Região (GEAFIN), em consequência de variações anormais de tensão, curto-circuito, arco-voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica;

2.2.2. Garantia de Derrame d'Água ou Substância Líquida Contida em Chuveiros Automáticos (sprinklers), para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - próprio da União, cobertura de 5% (cinco por cento) do valor de avaliação/referência e franquia máxima de 10% (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) - a seguradora se responsabilizará por perdas e danos materiais causados aos bens integrantes das instalações descritas nas Especificações dos Bens Móveis e Imóveis abaixo ou constantes do Sistema de Gestão Patrimonial do TRF-4ª Região (GEAFIN), diretamente por infiltração ou derrame de água ou outra substância líquida contida em instalações de chuveiros automáticos. Considera-se instalação de chuveiros automáticos (sprinklers) exclusivamente as cabeças dos chuveiros automáticos, encanamentos, válvulas, acessórios, tanques, bombas dos chuveiros e toda a canalização da instalação de proteção contra incêndio inerente e formando parte das instalações de chuveiros automáticos;

2.2.3. Garantia de Furto Qualificado e Roubo de Bens, para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - próprio da União, cobertura de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a seguradora responderá por perdas e danos causados aos bens integrantes das instalações descritas nas Especificações dos Bens Móveis e Imóveis abaixo ou constantes do sistema de registro patrimonial do TRF-4ª Região (GEAFIN), em decorrência de roubo qualificado ou de furto

qualificado, bem como os danos causados ao imóvel segurado onde se encontrem os referidos bens, quer o evento se tenha consumado, quer se tenha caracterizado a simples tentativa, ocasionado pelo emprego das formas de violência à pessoa ou ao local em que se encontram os bens segurados.

2.2.4. Garantia de Vendaval, Tornado e Granizo para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - próprio da União, cobertura de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

2.2.5. Garantia de Responsabilidade Civil para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - próprio da União, cobertura de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por danos materiais e/ou corporais.

3. Valores avaliados pra referência:

Para fins de proposta de seguro, deverão ser considerados os valores estimados de avaliação e referência, constantes dos sistemas do registro patrimonial do TRF-4 (GEAFIN) e da Secretaria de Patrimônio da União (SPIUNET), que seguem:

a) Bem imóvel – Prédio-Sede do TRF 4ª Região: R\$ 126.569.452,35 (cento e vinte e seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos);

b) Data Center: R\$ 3.846.771,23 (três milhões, oitocentos e quarenta e seis mil setecentos e setenta e um reais e vinte e três centavos);

c) Bens móveis e equipamentos alocados no Prédio-Sede do TRF 4ª Região (15.892 itens): R\$ 47.590.653,55 (quarenta e sete milhões, quinhentos e noventa mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos);

d) Bem imóvel – Prédio Anexo do TRF 4ª Região: 51.039.935,21 (cinquenta e um milhões, trinta e nove mil novecentos e trinta e cinco reais e vinte e um centavos);

e) Bens móveis equipamentos alocados no Prédio Anexo (1425 itens): R\$ 3.319.353,15 (três milhões, trezentos e dezenove mil trezentos e cinquenta e três reais e quinze centavos);

f) Bens imóveis: sistemas de geração de energia solar fotovoltaica instalados no TRF4, valor R\$ 988.475,00 (novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

Total de bens móveis e equipamentos (a+b+c+d+e+f): R\$ 233.354.640,49 (duzentos e trinta e três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos).

4. Os itens e respectivos valores se encontram discriminados nos sistemas do registro patrimonial do TRF-4 (GEAFIN) e da Secretaria de Patrimônio da União (SPIUNET), sujeitos a eventuais alterações em razão de novas aquisições ou desfazimento de bens durante o período da cobertura.

5. Os bens adquiridos após o levantamento executado para a contratação pretendida serão considerados

cobertos pela apólice, sem ônus adicional para o TRF4.

6. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados nas dependências do TRF-4, entre os prédios acima indicados ou novos que possam ser ocupados, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

7. Características dos Prédios:

7.1. Prédio-Sede na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, Bairro Praia de Belas: Destinado às atividades institucionais e administrativas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, dispõe de vigilância especializada armada 24h, inclusive aos sábados, domingos e feriados, sistema de controle de acesso, sistema automatizado de alarme e de prevenção e combate a princípios de incêndio (sprinklers), equipes e equipamentos de combate a princípios de incêndio;

7.2. Prédio Anexo - na Rua Ibanor José Tartarotti, nº 170, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS: Local destinado às atividades Administrativas (Diretoria Administrativa, Financeira e DTI) e Almoxarifado, o local dispõe de vigilância 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, controle de acesso, sistema automatizado de alarme e de prevenção e combate a incêndio (sprinklers).

8. ESPECIFICAÇÕES DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:

8.1. BEM IMÓVEL: Prédio-Sede do TRF 4ª Região, situado à Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, compreendendo as seguintes instalações:

Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, compreendendo as seguintes instalações:

Andar	Prédio Judicial	Prédio Administrativo
Térreo	Depósitos, estacionamento, subestação, geradores, serviços básicos, reservatórios central de alarme de incêndio, Datacenter e central de ar-condicionado da Informática, almoxarifado e escritório.	
1º	Banco (CEF), escritórios e auditórios.	Copa Central e escritórios.
2º	Plenário e escritórios.	Escritórios e Serviços Médicos e Odontológicos.
3º	Salas de Sessões e Escritórios	
4º	Escritórios	Escritórios
5º	E s c r i t ó r i o s Setor de Arquivo e Biblioteca	

6º	Escritórios	
7º	Escritórios	
8º	Escritórios	
9º	Escritórios	Restaurante
Cobertura	Central de ar-condicionado, reservatórios e máquinas de elevadores.	Reservatórios e máquinas de elevadores.

INSTALAÇÕES ESPECIAIS E DE SEGURANÇA:

- 10 (dez) elevadores, sendo 07 (sete) no Prédio Judicial e 03 (três) no Prédio Administrativo;
- Gás do tipo GLP em central especial para este fim no estacionamento externo;
- Sistema de para-raios, do tipo gaiola de Faraday e haste de Franklin;
- Sistema de detecção automatizada de fumaça;
- Sistema de hidrantes conforme legislação municipal;
- Sistema de chuveiro automático - sprinklers- em todo o edifício, inclusive no estacionamento coberto;
- Sistema de alarme de incêndio conforme legislação municipal;
- Sistema de monitoramento do sistema de alarme de incêndio na central de automação na sala de segurança e na portaria para acompanhamento de ocorrências sinalizadas;
- Sistema de monitoramento por câmeras de vídeo em circuito interno na sala da segurança;
- Sistema de Controle de Acesso;
- Interligação entre os dois prédios por meio de 03 (três) passarelas, sendo uma no 1º andar, uma no 5º andar e uma no 9º andar.

Área: 34.528,82 m²

Valor de avaliação: R\$ 126.569.452,35 (cento e vinte e seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos)

Vigência: de 01 (um) ano, tendo início à 24:00 (vinte e quatro horas) do dia 07/10/2022.

8.2. Instalações e Equipamentos Integrantes dos Sistemas do Prédio-Sede do TRF-4ª Região

8.2.1. Sistemas de segurança e controle de acesso:

8.2.1.1. Um aparelho de detecção de metais por raios-x, marca Smiths Detection, modelo Smiths Heimann HS6030di;

8.2.1.1.1. Dois aparelhos eletromagnéticos de detecção de metais, instalados na portaria e na garagem do prédio judicial

8.2.1.2. Sistema de Controle de Acesso, composto por:

- a) 12 leitoras de cartões de proximidade;
- b) 09 catracas em aço inox;
- c) 04 estações de cadastramento, cada uma composta por: CPU, monitor, câmera digital, leitor biométrico, leitor de cartões;
- d) banco de dados: 01 CPU com monitor;
- e) rede lógica para interligação das estações e catracas com o banco de dados.

8.2.2. Sistema de condicionamento de ar central e ventilação:

- a) Três resfriadores de líquido marca Carrier, modelo 30GXB298386S, de 248 TRs cada um, condensador a ar, com gás refrigerante 134 A;
- b) Um banco de acumulação de gelo composto de 22 tanques de marca Alpina Calmac, modelo 1240;
- c) Três bombas - marca KSB com motores elétricos marca WEG de 75 CV cada um, com controladores/variadores de velocidade, do circuito secundário;
- d) Quadro bombas marca KSB com motores elétricos marca WEG de 50 CV, cada um, do circuito primário;
- e) Quadro bombas marca KSB com motores elétricos de marca WEG de 3 CV cada uma. Cinco bombas secundárias (água gelada), monobloco, marca Worthington, quatro de 25 CV e uma de 10 CV;
- f) Dois trocadores de calor à placa da marca Alfa Laval, modelo M15-BFG8;
- g) Três equipamentos geradores de água quente para o sistema de condicionamento de ar do edifício, de marca Morganti, modelo APE-210 de 2100kW;
- h) Cento e quatorze fan-coils, de marca Bryant, com serpentina para água fria e outra para água quente;
- i) Oito fancoletes, com serpentinas de refrigeração, em duas passarelas de 30.000 BTUs;
- j) Redes de dutos de insuflamento de tomadas de ar externo e seus acessórios;
- k) Redes hidráulicas de produção e distribuição, isoladas e com todos os acessórios, tais como válvulas motorizadas, on-off e proporcional, registros, mangotes flexíveis e demais acessórios;
- l) Sessenta e sete ventiladores de marca Projelmec de diversos modelos;
- m) Quadros elétricos dos Fan-coils;
- n) Quadros elétricos dos ventiladores das garagens, banheiros e demais ventiladores;
- o) Oito fancoletes, com serpentinas somente de refrigeração de 30.000 BTU com seus quadros elétricos, instalados em duas passarelas.

8.2.3. Central de climatização da sala principal de máquinas da informática (datacenter), localizada no térreo do prédio administrativo do TRF4:

- a) Quatro centrais de climatização de precisão de 10TR cada, marca Vertiv.

8.2.4. Central de climatização do tipo Split instaladas nos demais locais do prédio-sede do TRF:

- a) Uma central de climatização composta por um sistema de expansão direta do gás, com a utilização de equipamento tipo "INVERTER DRIVEN MULTI SPLIT SYSTEM" de 26 HP, que possui a tecnologia de

Fluxo de Refrigerante Variável (VRF) e condensação a ar, composto por 04 unidades internas instaladas nos seguintes locais:

- a.1) Passarela no 9º andar: duas unidades internas, tipo duto, total de 20HP (10HP+10HP) dutados;
- a.2 Direção Geral: uma unidade interna de 4HP, tipo cassette, 4 vias;
- a.3) Sala do no-break do Datacenter: uma unidade de 4HP, tipo teto;
- b) Uma central de 04 TR do tipo split no andar garagem do Prédio Administrativo, Refeitório dos Terceirizados;
- c) Uma central de 04 TR do tipo split no andar garagem do Prédio Administrativo, Almoxarifado do Tribunal;
- d) Uma central de 24.000 BTUs no hall do andar da garagem do Prédio Judicial;
- e) Uma central de 36.000 BTUs no nível de acesso, Divisão de Segurança, Transporte e Expedição, sala de Monitoração desta Corte;
- f) Uma central de 03 TR do tipo split no oitavo andar do Prédio Judicial;
- g) Duas centrais de 30.000 BTU/H do tipo split cassete na Presidência no 9º andar do Prédio Judicial;
- h) Hall de circulação do pavimento térreo do prédio Administrativo - Aparelho tipo Split piso/teto de 36.000 BTU/h – quente/frio;
- i) Sala da administração da empresa dos terceirizados no pavimento térreo do prédio Administrativo - Aparelho tipo Split piso/teto de 24.000 BTU/h – quente/frio;
- j) Sala do Núcleo de Logística no pavimento térreo do prédio Administrativo - uma unidade interna evaporadora de 48.000 BTU/h;
- k) Duas centrais de ar condicionado de 10 HP cada, marca Hitachi, modelo RPI10 FSNB2, sistema piso-teto, VRF, condensação a ar, evaporadores e controladores tipo CLP na sala de máquinas da Divisão de Áudio e Vídeo, 2º andar Judicial e condensadores na garagem prédio judicial.

8.2.5. Elevadores prédio-sede TRF4:

Dez elevadores de fabricação ThyssenKrupp, identificados pelos números de série 38980, 38981, 38982, 38983, 38984, 38985, 38986, 38987, 38988 e 38989, instalados no prédio-sede do TRF.

8.2.6. Sistemas de automação, prédio-sede do TRF4:

- a) Sistema de Supervisão e Controle do Ar Condicionado e Iluminação - C.A.G. – Bombas Primárias – Bombas Secundárias – Tanques de Termo-acumulação - Calefação - Fan-coils – Fancoletes – Ventilação – Exaustão – Iluminação - Elétrica - Demanda – Iluminação – Subestação.
- b) 001 Gerenciadora de rede BTI
- c) 004 Extensores de rede EXP 1048
- d) 003 Extensores de rede EXP 2200
- e) 001 Extensor de rede EXP 10120
- f) 001 Gerenciadora VLCP da central CAG
- g) 002 Controladora VLC-16160C3 da central CAG
- h) 006 Sensores PT 100 TS-2115-BT longo (ckt primário)
- i) 008 Sensores PT 100 TS-2100-BT curto (ckt primário)
- j) 020 Transmissor de temperatura para imersão 4/20 MA TT1000-I-2.5
- k) 004 Controladoras Bypass (ckt secundário) - VLC 853C3
- l) 001 Controladora dos fancoletes - VLC 1188C3

- m) 002 Controladas dos fancoletes VLC 651RC3
- n) 002 Controladoras da ventilação-exaustão VLC-16160C3
- o) 001 Controladora da ventilação-exaustão VLC-16160
- p) 002 Buster VLC-550C3
- q) 114 Controladoras dos Fan-coils VAV-SDA
- r) 226 Sensores PT 100
- s) 018 Controladoras da iluminação VLC 550C3
- t) 002 Controladora VLC 1188C3
- u) 001 Gerenciadora BTP (02 saídas de rede) MODBUS na subestação
- v) 001 Gerenciamento de energia Hx600 na subestação
- x) 001 Converter IPC.COM 7520 na subestação.

8.2.7 - Sistema de CFTV .

- a) 112 câmeras internas analógicas 3MP instaladas em todos os andares do prédio-sede do TRF4;
- b) 6 câmeras externas tipo PTZ com resolução de 1280 x 720 de MP, sendo 2 instaladas no topo do prédio administrativo e 4 instaladas no topo do prédio judicial;
- c) 8 DVRs de 6 TB cada;
- d) 8 monitores tipo LCD de 40 polegadas cada.

8.2.8. Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio:

- a) 001 Central Modular Analógica Multiprocessada Programável 16 bit marca SIRA modelo Área 54
- b) 001 Painel repetidor de alarme de incêndio instalado na Recepção
- c) 665 Detetores de fumaça óptico endereçável modelo BP/212
- d) 665 Indicador de detetor de fumaça entre forro e parede
- e) 040 Acionadores manuais
- f) 020 Fluxostatos do sistema de incêndio marca ITALIAR
- g) 025 Detectores de temperatura
- h) 040 Indicadores sonoro visual

8.2.9. Equipamentos no-breaks instalados no prédio sede do TRF4:

PRÉDIO JUDICIAL	TOTAL DE APARELHOS = 08 UNIDADES		
Sala do no-break 9º andar	ENGETRON DWTT40 DOUBLE WAY Trifásico	40kVA baterias autonomia superior a 15 minutos.	0365229
Sala do no-break 8º andar	ENGETRON DWTT40 DOUBLE WAY Trifásico	40kVA baterias autonomia superior a 15 minutos.	0365228

Sala do no-break 7º andar	ENGETRON DWTT40 DOUBLE WAY Trifásico	40kVA baterias autonomia superior a 15 minutos.	0365231
Sala do no-break 6º andar	ENGETRON DWTT40 DOUBLE WAY Trifásico	40kVA baterias autonomia superior a 15 minutos.	0365230
Sala do no-break 5º andar	ENGETRON DWTT40 DOUBLE WAY Trifásico	40kVA baterias autonomia superior a 15 minutos.	0365281
Sala do no-break 4º andar	ENGETRON DWTT40 DOUBLE WAY Trifásico	40kVA baterias autonomia superior a 15 minutos.	0365227
Sala do no-break 3º andar	ENGETRON DWTT40 DOUBLE WAY Trifásico	40kVA baterias autonomia superior a 15 minutos.	0365232
Sala do no-break 2º andar	ENGETRON DWTT40 DOUBLE WAY Trifásico	40kVA baterias autonomia superior a 15 minutos.	0365226

PRÉDIO ADMINISTRATIVO	TOTAL DE APARELHOS = 10	
	UNIDADES	
Modelo	NS	Local
CP Eletrônica - Top 24200	0248037	TA Sala do NB 2º andar
CP Eletrônica - Top 24200	0248036	TA Sala do NB 3º andar
CP Eletrônica - Top 24200	0248030	TA Sala do NB 4º andar
CP Eletrônica - Top 24200	0248031	TA Sala do NB 6º andar
CP Eletrônica - Top 24200	0248029	TA Sala do NB 7º andar
CP Eletrônica - Top 24200	0248032	TA Sala do NB 8º andar
CP Eletrônica - Top DSP 650	0829077	TA Sala do NB nível acesso

CP Eletrônica - Top 24200	0248034	TA Sala do NB 4º andar
CP Eletrônica - TOP DSP 800	1136032	TA Sala do NB 5º andar
CP Eletrônica - TOP DSP 800	1136033	TA Sala do NB 5º andar

8.2.10. Equipamentos instalados na Seção de Telecomunicações, prédio sede do TRF4 (1º andar, prédio judicial):

- a) 01 (uma) central telefônica híbrida;
- b) 01 (um) Switch Enterasys A2H124-24, nº (21)2100000074508624;
- c) 01 (um) módulo de bateria;
- d) 01 (um) nobreak Sinus 0,8 a 2kVA.

8.2.11. Cabeamento lógico da sala de equipamentos no prédio sede do TRF 4:

OBJETO	QUANT.
1 - Patch panel descarregado com 48 posições	26
2 - Conectores fêmea padrão RJ-45 categoria 6	816
3 - Conectores fêmea duplex padrão LC	272
4 - Adapter cables UTP com 10 m, na cor branca	106
5 - Adapter cables UTP com 3 m, na cor preta	230
6 - Adapter cables UTP com 3 m, na cor azul claro	60
7- Adapter cables UTP com 3 m, na cor amarelo	80
8 - Adapter cables UTP com 3 m, na cor vermelho	90
9 - Adapter cables UTP com 3 m, na cor verde	160
10 - Cordões óticos duplex para interligação do item 3.9	80
11 - Cordões óticos duplex para interligação do item 3.11	80
12 - Cordões óticos de manobra, com 1,5 m	140

13 - Cordões óticos de manobra, com 3 m	76
14 - Organizador de cabos de 2U	37
15 - Material para o encaminhamento horizontal (cabos UTP, eletrocalhas, leitos, canaletas etc.)	
16 - Material para o encaminhamento vertical (cabos UTP, materiais de fixação, fita velcro etc.)	

8.2.12. Equipamentos de Áudio e Vídeo do sistema multimídia do TRF4:

- a) 1 (uma) central de equipamentos e servidores de áudio e vídeo, localizada no 2º andar, prédio judicial;
- b) 4 racks com equipamentos de áudio e vídeo, localizados nas salas de sessão do 3º andar, prédio judicial;
- c) 2 racks com equipamentos de áudio e vídeo, localizado no plenário do 2º andar, prédio judicial;
- d) 1 rack com equipamentos de áudio e vídeo, localizado no auditório do 1º andar, prédio judicial;
- e) 1 rack com equipamentos de áudio e vídeo, localizado na sala de cursos Emagis no 6º andar, prédio administrativo;
- f) 5 câmeras motorizadas, localizadas no plenário, 2º andar prédio judicial;
- g) 3 câmeras motorizadas, localizadas na sala de cursos Emagis no 6º andar, prédio administrativo;
- h) 3 câmeras motorizadas, localizadas no auditório do 1º andar, prédio judicial;
- i) 16 câmeras motorizadas, localizadas nas salas de sessão do 3º andar, prédio judicial.

8.2.13. Equipamentos instalados na Data Center, prédio-sede do TRF4:

- a) Sala Modular Segura;
- b) Cabeamento estruturado (óptico e metálico);
- c) Corredor frio confinado e racks especiais;
- d) Salas acessórias com compartimentação externa em dry-wall anti-chamas e divisões internas com gradis ("cage para Data Center");
- e) Infraestrutura de alimentação elétrica (quadros elétricos, transformadores, ramais duplicados de alimentação, etc.);
- f) Climatização de precisão na Sala Segura e com splits nas salas acessórias;
- g) Geradores e Sistema de UPS redundantes;
- h) Sistema de monitoramento e de controle de acesso.

Observação: Estas descrições não necessariamente esgotam o patrimônio a ser segurado pelo TRF 4ª Região, tratando-se de referência qualitativa de itens.

8.3. BEM IMÓVEL: prédio anexo do TRF 4ª Região, situado à Rua Ibanor José Tartarotti, nº 170, nº 300, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, compreendendo as seguintes instalações:

8.4. Instalações e Equipamentos Integrantes dos Sistemas do Prédio Anexo TRF-4ª Região

1º Andar / Térreo: Almoxarifado, depósitos, garagem, oficina, portaria, subestação, gerador, serviços básicos, sala de elétrica, sala de lógica, reservatórios, Estação de Tratamento de Águas Cinzas, refeitórios terceirizados, sala de segurança, 02 guaritas externas ao prédio, shafts, 02 escadas de incêndio a prova de fogo e fumaça, elevadores, hall elevadores, montacargas;

2º Andar: Sala de controle e automação, garagem, vestiários masculino e feminino, sanitários masculinos e femininos, sala de elétrica, sala de lógica, depósitos, shafts, 02 escadas de incêndio a prova de fogo e fumaça, elevadores, hall elevadores, montacargas;

3º Andar: Garagem, vestiários masculino e feminino, sanitários masculinos e femininos, sala de elétrica, sala de lógica, depósitos, shafts, 02 escadas de incêndio a prova de fogo e fumaça, elevadores, hall elevadores, montacargas;

4º Andar: Garagem, vestiários masculino e feminino, sanitários masculinos e femininos, sala de elétrica, sala de lógica, depósitos, shafts, 02 escadas de incêndio a prova de fogo e fumaça, elevadores, hall elevadores, montacargas;

5º Andar: Cozinha Industrial equipada, câmaras frias, higienização e restaurante, sanitários masculinos e femininos, sala de elétrica, sala de lógica, salas de ar condicionado, depósitos, shafts, 02 escadas de incêndio à prova de fogo e fumaça, terraço externo, elevadores, hall elevadores, montacargas;

6º Andar: ambiente de escritórios, arquivo, sanitários masculinos e femininos, sala de elétrica, sala de lógica, shafts, salas de ar condicionado, elevadores, hall elevadores, 02 escadas de incêndio à prova de fogo e fumaça;

7º Andar: ambiente de escritórios, arquivo, sanitários masculinos e femininos, sala de elétrica, sala de lógica, shafts, salas de ar condicionado, elevadores, hall elevadores, 02 escadas de incêndio à prova de fogo e fumaça;

8º Andar: ambiente de escritórios, sanitários masculinos e femininos, sala de elétrica, sala de lógica, shafts, salas de ar condicionado, elevadores, hall elevadores, 02 escadas de incêndio à prova de fogo e fumaça;

9º Andar: ambiente de escritórios, sanitários masculinos e femininos, sala de elétrica, sala de lógica, shafts, salas de ar condicionado, elevadores, hall elevadores, 02 escadas de incêndio à prova de fogo e fumaça;

10º Andar: ambiente de escritórios, sanitários masculinos e femininos, sala de elétrica, sala de lógica, shafts, salas de ar condicionado, elevadores, hall elevadores, 02 escadas de incêndio à prova de fogo e fumaça;

11º Andar: auditório, sanitários masculinos e femininos, espaço para data-center e área de ti, salas de ar condicionado, copa central, auditório, espaço memória, cafeteria, sala de elétrica, sala de lógica, shafts, elevadores, hall elevadores, 02 escadas de incêndio à prova de fogo e fumaça;

12º Andar: auditório, sala de controle, foyer, sala multiuso, sanitários masculinos e femininos, salas de ar condicionado, sala de elétrica, sala de lógica, shafts, elevadores, hall elevadores, 02 escadas de incêndio à prova de fogo e fumaça;

Pavimento técnico: Central de ar-condicionado (área externa do prédio), sala de ar condicionado, sanitário, reservatórios superiores, casa de máquinas dos elevadores, escadas de incêndio à prova de fogo e fumaça.

8.5. Instalações e Equipamentos do Prédio Anexo:

8.5.1. Sistema de condicionamento de ar central e ventilação:

- a) São dois chillers da marca Carrier, modelo 30XAB180SOZ, de 172 TRs cada um, condensador a ar, com gás refrigerante 134A;
- b) Um Tanque de acumulação de gelo da marca Chama, modelo SAC-5000 V, com capacidade de 5000 litros;
- c) 3 Bombas marca KSB com motores elétricos marca WEG de 4CV;
- d) 2 Bombas marca KSB com motores elétricos marca WEG de 5CV;
- e) 2 Bombas marca KSB com motores elétricos marca WEG de 25CV;
- f) Um Trocador de Calor a placa da marca Alfa Laval, modelo TL3-BFG;
- g) 4 aquecedor de passagem para o sistema de ar condicionado do edifício, da marca Chama, modelo SAC-5000 V de 108Kw;
- h) 18 fan-coils, da marca Carrier, de modelos variados, com serpentina fria;
- i) 4 fancoletes da marca Carrier modelo 39V02TZ, com serpentina fria;
- j) 2 Uтар da marca Carrier, modelo 39V20VZ, com serpentina fria;
- k) Um Condicionador de ar da marca Mipal, modelo OP-HJZ019D20V, com compressor modelo MTZ19JA4VE;
- l) 109 Caixas para volume de ar variável (VAV) da marca Trox, de modelos variados, com serpentina para água quente;
- m) 40 Ventiladores/Exaustores das marcas Soler Palau, EBMPAPST e Otam de modelos variados;
- n) Redes hidráulicas de produção e distribuição, isoladas e com todos os acessórios, tais como válvulas motorizadas, on-off e proporcional, registros, mangotes flexíveis e demais acessórios;
- o) Quadros elétricos dos Fan-coils;
- p) Quadros elétricos dos ventiladores das garagens, banheiros e demais ventiladores.

8.5.2. Sistema CFTV:

- a) 94 Câmeras fixas interna/externa marca Hikvision modelo DS-2DE4220 Series;
- b) 7 Câmeras móvel externas PTZ da marca Hikvision;
- c) Mesa controladora de câmeras com conexão USB;
- d) Servidor (NVR) com 128 canais I/O – 16SATAS;
- e) 2 Monitores de 43” da marca Samsung;
- f) Um monitor 32” da marca Philips;
- g) Estação de operação.

8.5.3. Sistema de segurança e controle de acesso:

- a) 2 Catracas para controle de acesso tipo convencionais em aço carbono;
- b) 2 Catracas para controle de acesso tipo PNE em aço carbono;
- c) 2 Cancela para acesso Slim drive IP44, gab. Aterrado com hastes de 4 metros;
- d) 2 Detector de veículos de 2 canais 24V;
- e) 2 Totem MEC-10M;
- f) Estação de cadastramento, cada uma composta por: CPU, monitor, câmera digital e leitor de cartões;
- g) 4 Catracas em aço inox;
- h) 6 Leitores de cartões de proximidade;
- i) Banco de dados: um CPU com monitor;
- j) Rede logica para interligação das estações e catracas com banco de dados.

8.5.4. Central de climatização da sala principal de máquinas da informática (datacenter), localizada no 11º andar do prédio anexo do TRF4 (Edifício Teori Albino Zavascki):

- a) 2 Aparelhos de climatização da marca Fujitsu modelo High Wall inverter da: 30.000Btu/h - 220V – 3,9KW.

8.5.5. Equipamentos no-breaks instalados no prédio anexo do TRF (Edifício Teori Albino Zavascki):

Total de aparelhos = 9 unidades

Pavimento Térreo	No-break Classic DSP 300: 30kVA / 24kW fabricante Schneider
6º Pavimento	No-break Classic DSP 300: 30kVA / 24kW fabricante Schneider
7º Pavimento	No-break Classic DSP 300: 30kVA / 24kW fabricante Schneider
8º Pavimento	No-break Classic DSP 300: 30kVA / 24kW fabricante Schneider
9º Pavimento	No-break Classic DSP 300: 30kVA / 24kW fabricante Schneider
10º Pavimento	No-break Classic DSP 300: 30kVA / 24kW fabricante Schneider
11º Pavimento	Classic DSP 100: 10kVA / 8kW fabricante Schneider
12º Pavimento	Classic DSP 200: 20kVA / 16kW fabricante Schneider
Data center	Classic DSP 100: 10kVA / 8kW fabricante Schneider

8.5.6. Sonorização:

- a) Microfones do tipo Gooseneck com haste de 18" e base Shure 7 unidades;
- b) Microfones handheld sem fio UHF Sennheiser – 2 unidades;
- c) Mixer automático de 08 canais Shure;
- d) Mixer padrão rack 16 canais, Yamaha;
- e) Processador digital de áudio DBX;
- f) Amplificadores de 525W Crown 2 unidades;
- g) 8Caixas acústicas de 175W JBL;
- h) 2Caixas acústicas ativas JBL;
- i) Caixa acústica para monitor Yamaha;
- j) Scaler/Switcher de vídeo Kramer;
- k) Seletor HDMI 4x1 automático;
- l) Conversor HDMI e IR/CAT6;
- m) Conversor HDMI e IR/CAT6;
- n) Conversor CAT6/HDMI e IR;
- o) Condicionador de energia com 8 tomadas e iluminação para rack;
- p) No-break.

8.5.7. Cabeamento lógico:

- a) 1860 Metros cabo fibra óptica com 6 fibras multimodo 50x125µm 1860 metros;
- b) 10 Rack aberto 45 U (45 alturas úteis) com 2 guias vertical 200mm, 1 bandeja inferior e superior e 10 - acomodadores radiais plásticos;
- c) 111 Patch panel descarregado angular 24 portas;
- d) 48 Conector em latão estanhado com furo vertical Ø3/8;
- e) 13 Conector cabo/haste em bronze;
- f) 2 Rack aberto 19" 45U ITMAX;
- g) 18 PATCH PANEL DESCARREGADO 24P ANGULAR 1U 18 unidades;
- h) 38 PATCH PANEL DESCARREGADO 24P BLINDADO COM ICONES;
- i) 1500 Metros Cabo UTP Cat. 6 LSZH ou CMP;
- j) 11 Adaptadores de PPR com inserto metálico, transição fêmea-fêmea, ø 25 mm x ¾";
- k) 95 Organizador de cabos – 1U;
- l) Material para encaminhamento Horizontal (cabos UTP, Eletrocalhas, leitos, canaletas etc.);
- m) Material para o encaminhamento vertical (cabos utp).

8.5.8. Cozinha industrial:

- a) Coifa Lavadora de Gases com Caixa Recicladora 5900x1900x600 – CL-01;
- b) Carro Plataforma Inox – Modelo: Plataforma 2 unidades;
- c) Balança Plataforma;
- d) Refrigerador Horizontal com 01 cuba - INOX 304 / 430;
- e) Processador de Alimentos -Modelo: PA 7;
- f) Batedeira Industrial – Modelo: 05 Litros;

- g) Liquidificador Industrial – Modelo: 04 Litros , duas unidades;
- h) Refrigerador Horizontal;
- i) Sanduicheira / Prensa Elétrica – Modelo Referência: SCGL – A11;
- j) Refrigerador Horizontal com 02 Portas -Inox 304 / 430 - A13, duas unidades;
- k) Extrator de Suco – Modelo referência: EXB-N;
- l) Cafeteira Elétrica (Redonda) – Modelo: CL 02 Luxo;
- m) Fritadeira Comercial Elétrica (Água/Óleo) – Modelo referência: FEQ2R, duas unidades;
- n) Fogão Industrial Inox com 06 Queimadores Duplos + Chapa Bifeteira Sobrepor;
- o) Fogão Industrial Inox com 04 Queimadores Duplos;
- p) Forno Combinado a Gás para 11 GN's – Modelo referência: CG-11 – B07;
- q) Pass Through Refrigerado (02L 02 P) – Modelo referência: 700 – Inox 304 / 430;
- r) Pass Through Aquecido (02L 02 P) – Modelo referência: 700 – Inox 304 / 430 – C08;
- s) Balança Eletrônica de Mesa – Capacidade: 15 Kg;
- t) Freezer Vertical (Dupla Ação) Porta de Vidro – Modelo referência: 560 L – 2 unidades;
- u) Esteira Rolante Manual com 01 (uma) Curva – D01;
- v) Máquina de Lavar Louças com Mesa de Apoio;
- x)- Freezer Horizontal – Modelo: 420 Litros - F02 2 unidades;
- y) Refrigerador Vertical Inox com 06 Portas;
- z) Balança Plataforma – Modelo: 300 Kg.

8.5.9. Instalações Especiais e de Segurança:

- a) 71 Extintores PQS ABC 4 Kg;
- b) 21 Extintores CO2 BC 4Kg;
- c) 3 Extintores PQSBC 4 Kg;
- d) 2 Extintores PQS BC 12 Kg;
- e) 4 Elevadores, elevadores para 20 passageiros, thyssen krup cujo o número de série é 142970,142971,142972,149273;
- f) 2 Elevadores de carga -300 kg- RD Flutue- (02) ELV-138 / ELV-139;
- g) Gás do tipo GLP 3 cilindros de 190 kg; e dois cilindros de 190 kg;
- h) Proteção contra surtos: (para-raios secundários tipo varistor), com capacidade máxima de 40 Ka (Corrente nominal de 15 Ka), onda de 8x 20us, Fabricante de referência: artu k da ABB;
- i) Medidor de Energia Multifunção, com as seguintes características: Conexão elétrica em estrela (3 elementos- 4 fios); medição de 33 grandezas elétricas (TRUE RMS);
- j) Barramento:
 - j.1) Dois CJ. BARRAMENTOS BT - Item 004 0 IMA20-2000A - 1261130165049-IP55-BWAC;
 - j.2) Dois CJ. BARRAMENTOS BT - Item 005 0 IMA20-2000A - 1261130165059-IP55-BWEC-2;
 - j.3) CJ. BARRAMENTOS BT - IMA16-1600A - 1261130165069-IP55-BWEE-2;
 - j.4) CJ. BARRAMENTOS BT -IMA16-1600A - 1261130165069-IP55-BWEE-2;
 - j.5) CJ. BARRAMENTOS BT -IMA16-1600A - 1261130165079-IP55-BWEE-1;
 - j.6) CJ. BARRAMENTOS BT -IMA20-2000A - 1261130165049-IP55-BWAC;

- j.7) Quatro CJ. BARRAMENTOS BT - IMA16-1600A - 1261130165069-IP55-BWEE-2;
- j.8) Três CJ. BARRAMENTOS BT - IMA16-1600A - 1261130165079-IP55-BWEE-1;
- j.9) Três BARRAMENTOS BT IMA16-1600A - 1261130165089-IP55-BWEC-1;
- j.10) BARRAMENTOS BT- MVA34-3200A/ MVA28-2500A;
- j.11) BARRAMENTOS BT- C/ COFRE DERIVACAO- IMA16-1600A - 1261130165079-IP55-BWEE-1;
- j.12) CJ. BARRAMENTOS BT IMA16-1600A - 1261130165069-IP55-BWEE-2 C/ COFRE DERIVACA;
- j.13) CJ. BARRAMENTOS BT 1261130165059 -IP55-BWEC-2 C/ COFRE DERIVACAO Item: 005;
- j.14) CJ. BARRAMENTOS BT IMA20-2000A - 1261130165049-IP55-BWAC C/ COFRE DERIVACAO Item: 004;
- j.15) CJ. BARRAMENTOS BT IMA32-3200A - 1261130165019-IP55-QGBT-1/ QTA-P Item: 001;
- j.16) CJ. BARRAMENTOS BT IMA23-3200A - 1261130165029-IP55-QGBT-E/ QTA-P Item: 002;
- j.17) CJ. BARRAMENTOS BT 0 IMA20-2000A - 1261130165049-IP55-BWAC It;
- j.18) CJ. BARRAMENTOS BT IMA20-2000A - 1261130165059-IP55-BWEC-2;
- j.19) CJ. BARRAMENTOS BT IMA16-1600A - 1261130165069-IP55-BWEE-2;
- j.20) CJ. BARRAMENTOS BT IMA32-3200A / IMA 20-2000A / IMA16-1600ª.

8.5.10. Sistema de detecção e alarme de incêndio:

- a) Sistema de detecção automatizada de fumaça;
- b) 382 Detectores de fumaça;
- c) Sistema de hidrantes conforme legislação;
- d) Sistema de chuveiro automático - sprinklers- 1456 unidades;
- e) Detectores CAB300 Eaton's Coope;
- f) 19ª Acionador manual global fire;
- g) Central de detecção- GlobalFire Detector endereçável, 398 unidades;
- h) Detector térmico Termovelocime ,100 unidades;
- i) Modulo de entrada-GlobalFire, 16 unidades;
- j) Módulo In-Out Global Fire, quatro unidades;
- k) Plastico Rearm.Acionamento mamual pack 10, duas unidades;
- l) Sinalizador Audio V, cinco unidades;
- m) Tampa protetora acionado manualpack pack 10, duas unidades;
- n) Sirene endereçável com flash, cinco unidades;
- o) Painel repetidor;
- p) Central endereçável 4 loops, duas unidades.

9. VISITAS

9.1. As licitantes poderão realizar visitas ao prédio-sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região localizado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300 e o Prédio Anexo - na Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170, bairro Praia de Belas, , ambos nesta Capital, com antecedência de até 01 (um) dia antes da data marcada para o recebimento das propostas.

- a) As visitas destinam-se à vistoria, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes ao objeto supracitado, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes deste documento.
- b) As visitas ao prédio-sede e anexo somente serão realizadas em dias úteis, das 11 às 19 horas e deverão ser previamente agendadas junto a Núcleo de Manutenção / Numan - do TRF 4ª Região, por meio dos telefones (51) 3213-3715 e 3213-3718.
- c) As visitas deverão ser feitas por profissional qualificado da empresa interessada, o qual deverá estar munido de documento de identificação e de instrumento que o habilite à representação legal da empresa.
- d) No dia e hora agendados, o servidor designado pela a Núcleo de Manutenção / Numan - do TRF 4ª Região acompanhará a visita das empresas interessadas, emitindo a cada uma delas um “Atestado de Visita”;
- e) A não realização de visita não admitirá à licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para a execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

10. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1 Entregar a Apólice de Seguros, objeto do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, bem como atender a todos os itens de que trata o presente instrumento.

10.2.Cumprir o objeto do contrato, sempre em conformidade com os requisitos e condições estabelecidas nas cláusulas contratuais.

10.3. Apresentar formalmente ao Gestor, no primeiro dia de vigência do contrato, para aceitação, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do TRF-4 ou local de prestação dos serviços, no que se referir à execução do contrato.

11. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

11.1. Para Gestor do contrato o Diretor do Núcleo de Logística do TRF-4 (NLOG), que poderá ser contatado diretamente no 7º andar do Prédio Administrativo da sede deste Tribunal, pelo telefone (51) 3213-3753 ou pelo e-mail: nlog@trf4.jus.br.

11.2. Para Fiscal do Contrato, o Supervisor da Seção de Patrimônio (SEPAT).

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. Razão Social da Empresa:

2. CNPJ n.º(*):

3. Endereço:

4. Telefone:

E-mail:

A empresa acima qualificada apresenta sua proposta para os serviços objeto do Pregão Eletrônico n.º 34/2022, de acordo com as especificações/condições constantes do Edital, seus Anexos e abaixo indicadas:

DESCRIÇÃO	TOTAL DE ITENS	VALOR DE AVALIAÇÃO/ REFERÊNCIA (R\$)	VALOR DO PRÊMIO (R\$)
1. SEGURO DE BEM IMÓVEL			
a) Prédio-sede do TRF4 e o Data Center localizado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300 – Porto Alegre/RS	01	130.416.223,58 (126.569.452,35 + 3.846.771,23)	
b) Prédio anexo do TRF4 localizado na Rua Ibanor José Tartarotti, nº.170, Porto Alegre/RS	01	51.039.935,21	
		SUBTOTAL 1 (R\$)	
2. SEGURO DE BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS			
a) Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300 – Porto Alegre/RS e Data Center	15.892	47.590.653,55	
b) Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170 – Porto Alegre/RS	1.425	3.319.353,15	
c) Sistemas de geração de energia solar fotovoltaica instalados no TRF4	01	988.475,00	
		SUBTOTAL 2 (R\$)	
3. COBERTURAS ACESSÓRIAS			
a) Garantias de danos elétricos (cobertura de 1% do valor da avaliação)			
a.1) Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300 – Porto Alegre/RS e Data Center	15.892	475.906,53	
a.2) Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170 – Porto Alegre/RS	1.425	33.193,53	
a.3) Sistemas de geração de energia solar fotovoltaica instalados no TRF4	01	9.884,75	
		SUBTOTAL 3 (R\$)	

b) Garantia de derrame d'Água ou Substância Líquida Contida em Chuveiros Automáticos (sprinklers) (cobertura de 5% do valor da avaliação)

b.1) Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300 – Porto Alegre/RS e Data Center	15.892	2.379.532,67	
b.2) Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170 – Porto Alegre/RS	1.425	165.967,65	
		SUBTOTAL 4 (R\$)	

c) Garantia de Furto Qualificado e Roubo de Bens

c.1) Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300 – Porto Alegre/RS e Data Center	15.892	250.000,00	
c.2) Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170 – Porto Alegre/RS	1.425		
		SUBTOTAL 5 (R\$)	

d) Garantia de Vendaval, Tornado e Granizo

d.1) Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300 – Porto Alegre/RS e Data Center	01	100.000,00	
d.2) Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170 – Porto Alegre/RS	01		
d.3) Sistemas de geração de energia solar fotovoltaica instalados no TRF4	01		
		SUBTOTAL 6 (R\$)	

e) Garantia de Responsabilidade Civil

e.1) Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 300 – Porto Alegre/RS e Data Center	01	100.000,00	
e.2) Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170 – Porto Alegre/RS	01		

e.3) Sistemas de geração de energia solar fotovoltaica instalados no TRF4			
		SUBTOTAL 7 (R\$)	
SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2 + SUBTOTAL 3 + SUBTOTAL 4 + SUBTOTAL 5 + SUBTOTAL 6 + SUBTOTAL 7 = TOTAL (R\$)			
CUSTO DA APÓLICE (R\$)			
PREÇO TOTAL (R\$)			

Observações:

a) o valor do prêmio a ser fixado pela licitante vencedora deverá considerar o fato de que o TRF goza de imunidade em relação ao IOF;

b) caso haja divergência entre o preço total e a soma dos valores que o compõem, prevalecerá o de menor valor;

c) a licitante concorrerá com o “Preço Total”.

5. Prazo de entrega da apólice: (no máximo trinta dias corridos a contar da data de assinatura do Contrato);

6. Prazo para pagamento da indenização correspondente à importância segurada: (no máximo trinta dias úteis a contar da data de entrega da documentação necessária para tanto);

7. Prazo de validade da proposta: (no mínimo sessenta dias, observado o que dispõe o Edital);

8. Para fins de registro de preços, contratação, faturamento e pagamento de valor proposto constante do sistema Compras.gov.br, considerar-se-ão somente as duas primeiras casas após a vírgula, sem arredondamento.

9. Dados do representante legal da licitante que assinará o Contrato, caso vencedora do certame:

a) nome completo:

b) carteira de identidade:

c) CPF:

d) e-mail:

e) telefone:

f) celular:

g) domicílio:

9.1. No caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF, a licitante vencedora deverá encaminhar junto com esta proposta cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação.

ATENÇÃO: As empresas deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do Contrato. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Gestão do Sistema SEI deste TRF4, por intermédio dos telefones (51) 3213-3820/3821 e e-mail: sei@trf4.jus.br.

....., de de 2022.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE

Carimbo CNPJ da empresa abaixo

(*) O número do CNPJ deve ser indicado claramente, devendo ser o mesmo constante da documentação do Cadastro e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

Contrato n.º .../2022, de seguro anual para o imóvel e instalações que constituem o prédio-sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e seu prédio anexo, firmado entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e a empresa Processo Administrativo n.º 0006694-23.2022.4.04.8000.

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, com sede na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, em Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 92.518.737/0001-19, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor Administrativo, Sr. Antonio Cesar Marques de Matos, e a empresa....., com sede na (Rua/Avenida), n.º ..., (bairro)....., em (cidade/UF)....., inscrita no CNPJ sob o n.º, endereço eletrônico@.....com.. a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), Sr., portador do CPF n.º, firmam o presente contrato de prestação do objeto abaixo descrito, oriundo da licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º .../2022, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, com fundamento no constante do Edital da Licitação, proposta da licitante vencedora e Processo Administrativo em epígrafe, Lei n.º 10.520/2002, Decreto n.º 10.024/2019 e a Lei Complementar n.º 123/2006, com aplicação subsidiária das Leis n.º 8.666/1993 e n.º 8.078/1990, sujeitando-se as partes às determinações das normas e legislação supra indicadas, suas alterações posteriores, bem como às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta contratação a prestação, pela CONTRATADA, de seguro anual para os imóveis e instalações que constituem os prédio-sede do TRF4 - na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, Bairro Praia de Belas – e o prédio anexo do TRF4 – na Rua Ibanor José Tartarotti, n.º 170, Bairro Praia de Belas – bem como para os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas, equipamentos e sistema de vigilância, integrantes do patrimônio do TRF4, alocados nos referidos prédios, ambos próprios da União e localizados em Porto Alegre/RS.

1.2. O seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

1.2.1. Cobertura Básica, isenta de franquia, para todos os prédios juntamente com seu conteúdo, citados no Objeto, contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos, assim como demolição, desentulho e remoção de escombros.

1.2.2. Acessórias para:

1.2.2.1. Garantia de Danos Elétricos para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do TRF4 - próprios da União, cobertura de 1% (um por cento) do valor de avaliação/referência e franquia máxima de 10% (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) - a seguradora responderá por avarias, perdas e danos causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas de qualquer tipo, integrantes das instalações descritas nas Especificações dos Bens Móveis e Imóveis abaixo ou constantes do Sistema de Gestão Patrimonial do TRF4 (GEAFIN), em consequência de variações anormais de tensão, curto-circuito, arco-voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica;

1.2.2.2. Garantia de Derrame d'Água ou Substância Líquida Contida em Chuveiros Automáticos (sprinklers), para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do TRF4 - próprios da União, cobertura de 5% (cinco por cento) do valor de avaliação/referência e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) – a seguradora se responsabilizará por perdas e danos materiais causados aos bens integrantes das instalações descritas nas Especificações dos Bens Móveis e Imóveis abaixo ou constantes do Sistema de Gestão Patrimonial do TRF4 (GEAFIN), diretamente por infiltração ou derrame de água ou outra substância líquida contida em instalações de chuveiros automáticos. Considera-se instalação de chuveiros automáticos (sprinklers) exclusivamente as cabeças dos chuveiros automáticos, encanamentos, válvulas, acessórios, tanques, bombas dos chuveiros e toda a canalização da instalação de proteção contra incêndio inerente e formando parte das instalações de chuveiros automáticos;

1.2.2.3. Garantia de Furto Qualificado e Roubo de Bens, para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do TRF4 - próprios da União, cobertura de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a seguradora responderá por perdas e danos causados aos bens integrantes das instalações descritas nas Especificações dos Bens Móveis e Imóveis abaixo ou constantes do sistema de registro patrimonial do TRF4 (GEAFIN), em decorrência de roubo qualificado ou de furto qualificado, bem como os danos causados ao imóvel segurado onde se encontrem os referidos bens, quer o evento se tenha consumado, quer se tenha caracterizado a simples tentativa, ocasionado pelo emprego das formas de violência à pessoa ou ao local em que se encontram os bens segurados.

1.2.2.4. Garantia de Vendaval, Tornado e Granizo para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do TRF4 - próprios da União, cobertura de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

1.2.2.5. Garantia de Responsabilidade Civil para o Prédio-Sede e o Prédio Anexo do TRF4 - próprios da União, cobertura de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por danos materiais e/ou corporais.

1.3. Os imóveis se acham genericamente caracterizados no Anexo I - Memorial Descritivo, parte integrante deste Contrato.

1.4. As instalações, itens e respectivos valores se encontram discriminados no Anexo I e nos sistemas do registro patrimonial do CONTRATANTE (GEAFIN) e da Secretaria de Patrimônio da União (SPIUNET), sujeitos a eventuais alterações em razão de novas aquisições ou desfazimento de bens durante o período da cobertura.

1.4.1. Os bens adquiridos após o levantamento executado para a contratação pretendida serão considerados cobertos pela apólice, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

1.4.2. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados nas dependências do CONTRATANTE, entre os prédios acima indicados ou novos que possam ser ocupados, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

CLÁUSULA II - DOS PRAZOS

2.1. O prazo de entrega da apólice do seguro será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos a contar da data de assinatura deste Contrato.

2.2. O prazo para pagamento da indenização correspondente à importância segurada, em caso de ocorrência de sinistro será de, no máximo, 30 (trinta) úteis a contar da data de entrega da documentação necessária para tanto.

2.3. A cobertura do seguro terá vigência de 01 (um) ano, tendo início às 24h (vinte e quatro horas) do dia 07/10/2022.

CLÁUSULA III - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato terá vigência de 01 (um) ano, a contar das 24h (vinte e quatro horas) do dia 07/10/2022, admitida a sua prorrogação nos termos da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA IV - DO PREÇO

4.1. Pela execução do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$(..... reais), conforme a proposta de preços da CONTRATADA.

4.2. Incluídos no preço acima estão todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, bem como despesas com transporte, que correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA V - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas atinentes à execução deste contrato serão atendidas com os recursos assim consignados: Programa de Trabalho n.º 107760 -Julgamento de Causas na Justiça Federal, Natureza da Despesa n.º 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ e Nota de Empenho n.º 2022NE....., datada de

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deve cumprir o objeto deste Contrato, nos termos da sua proposta, sempre em conformidade com os requisitos e condições estabelecidas nas cláusulas deste Contrato e nas regras do Edital da licitação.

6.2. Compete à CONTRATADA a iniciativa de informar ao CONTRATANTE toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto contratual nas condições pactuadas.

6.3. À CONTRATADA compete ainda:

6.3.1. Entregar a Apólice de Seguros, objeto do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, bem como a atender a todos os itens de que trata o presente Instrumento.

6.3.2. Efetuar o pagamento da indenização correspondente à importância segurada, em caso de ocorrência de sinistros relacionados na descrição do objeto supracitado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de entrega da documentação necessária para tanto.

6.3.3. Atender imediatamente, ou no prazo fixado, as solicitações ou exigências do CONTRATANTE relativamente à execução do seu objeto ou de obrigações acessórias, nos termos pactuados.

6.4. A CONTRATADA deverá apresentar formalmente ao Gestor, no primeiro dia de vigência do Contrato, para aceitação do CONTRATANTE, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do CONTRATANTE ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do Contrato.

6.5. A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a sua manutenção.

6.6. A CONTRATADA responderá integralmente por qualquer irregularidade, ilegalidade, prejuízo e dano moral, pessoal ou material que ela, seus prepostos ou empregados venham a causar ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros, quando da execução do objeto do Contrato firmado.

6.7. Os documentos a seguir relacionados deverão ser reapresentados em até 05 (cinco) dias úteis a contar da expiração da validade, caso vençam antes do final da vigência do presente Instrumento, devendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por funcionário do CONTRATANTE, ou publicação em órgão da imprensa oficial:

6.7.1. Certificado de Regularidade junto ao FGTS;

6.7.2. Certidão Negativa de Débito com o INSS (CND) ou CPD-EN;

6.7.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

6.7.4. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ISSQN;

6.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT.

6.8. Os documentos a seguir serão consultados por ocasião da prorrogação contratual, sendo sua regularidade condição para a renovação da avença:

6.8.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

6.8.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

6.8.2. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União.

6.9. O não cumprimento do objeto, prazos, condições, garantias, obrigações ou de qualquer disposição deste contrato, sujeita a CONTRATADA às multas e sanções previstas neste Contrato.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Ao CONTRATANTE compete:

7.1.1. acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto contratual por intermédio do Gestor designado neste Instrumento;

7.1.2. exigir o exato cumprimento do objeto e cláusulas contratuais;

7.1.3. receber, processar e decidir sobre questões, dúvidas, decisões ou recursos administrativos decorrentes da execução deste Contrato;

7.1.4. reter preventivamente valores correspondentes às penalidades pecuniárias cabíveis, liberando-as posteriormente, quando for o caso;

7.1.5. aplicar as multas e sanções previstas neste Contrato;

7.1.6. efetuar o pagamento do preço contratado após o recebimento definitivo do objeto e o atesto da nota fiscal pelo Gestor.

CLÁUSULA VIII - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE designa para Gestor o Diretor do Núcleo de Logística - NLOG e para Fiscal, o Supervisor da Seção de Patrimônio - SEPAT, cuja atuação se dará no interesse exclusivo da Administração.

8.1.1. O Gestor deste Contrato poderá ser contatado diretamente no andar 7º andar do Prédio

Administrativo da sede deste Tribunal, pelo telefone (51) 3213-3750 ou pelo e-mail: nlog@trf4.jus.br.

8.1.2. O Fiscal deste Contrato poderá ser contatado diretamente no 7º andar do Prédio Administrativa da sede deste Tribunal, pelo telefone 3213-3756 ou pelo e-mail: sepat@trf4.jus.br.

8.2. Ao Gestor compete, entre outras atribuições:

8.2.1. orientar e coordenar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, prazos e condições estabelecidas neste Instrumento e seus Anexos;

8.2.2. exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto contratado, nos termos e condições previstas neste Contrato, inclusive quanto às obrigações acessórias;

8.2.3. encaminhar à Diretoria Administrativa relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações contratuais assumidas e que sujeitam a CONTRATADA às multas ou sanções previstas neste Contrato, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis;

8.2.4. efetuar o “recebimento definitivo”, e o atesto da nota fiscal, encaminhando-a imediatamente ao Núcleo de Controle de Pagamentos da Diretoria Administrativa ou, se for o caso, diretamente à Diretoria Financeira;

8.2.5. na hipótese de descumprimento total ou parcial do objeto ou de disposição contratuais, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à notificação da CONTRATADA para o cumprimento incontinenti das obrigações inadimplidas;

8.2.6. analisar e manifestar-se circunstanciadamente sobre justificativas e documentos apresentados pela CONTRATADA por atraso ou descumprimento de obrigação contratual, submetendo tudo imediatamente à consideração da autoridade administrativa competente;

8.3. Ao Fiscal Compete, entre outras atribuições:

8.3.1. acompanhar, fiscalizar e exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto, nos termos e condições previstas neste Instrumento e seus anexos;

8.3.2. prestar à CONTRATADA as orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratual, inclusive as de ordem técnica afetas ao seu cargo efetivo, função comissionada ou formação profissional;

8.3.3. anotar em registro próprio ou formulário equivalente e comunicar ao Gestor eventuais intercorrências operacionais, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações verbais efetuadas à CONTRATADA;

8.3.4. efetuar o recebimento provisório e, se for o caso, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à ciência da CONTRATADA para que proceda, incontinenti, a retificação ou

substituição de serviço ou produto entregue em desacordo com o objeto ou disposições deste Contrato e seus Anexos;

8.3.5. assessorar o recebimento definitivo, certificando-se que o objeto fornecido atende a todos os requisitos físicos e técnicos e especificações de quantidade e de qualidades, preço e prazos entre outras condições previstas neste Instrumento e seus Anexos;

8.4. A gestão, acompanhamento e fiscalização de que trata esta Cláusula serão exercidos no interesse exclusivo da Administração e não excluem em hipótese alguma as responsabilidades da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

8.5. Caso os gestores/fiscais designados venham a ser alterados durante a vigência deste Contrato, a nova designação se dará por ato próprio da Administração, dispensando-se a lavratura de termo aditivo.

CLÁUSULA IX - DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

9.1. A CONTRATADA deverá entregar a apólice no Núcleo de Logística - NLOG, localizado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha nº 300, 7º andar do Prédio Administrativo.

9.1.1. O Recibo de Endosso (entregue pela CONTRATADA) deverá conter, também, obrigatoriamente:

9.1.1.1. razão social completa e o número no CNPJ de acordo, que deverão ser os mesmos constantes da proposta, da Nota de Empenho e do Contrato;

9.1.1.2. o nome e o número do banco, o nome e o número da agência e o número da conta-corrente da CONTRATADA.

9.1.1.3. a informação destacada do valor do Imposto de Renda e das contribuições a serem retidas ou, estando amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, do respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

9.2. O recebimento do objeto contratual observará o seguinte procedimento:

9.2.1. “recebimento provisório”, será lavrado na data da entrega do bem ou serviço e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento ou do serviço, nem do respectivo faturamento;

9.2.2. “recebimento definitivo”, será lavrado em até 05 (cinco) dias úteis após o “recebimento provisório”, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993, compreendendo a aceitação do bem ou do serviço, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas;

9.2.3. “atesto”, será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas;

9.2.4. não sendo o caso de termo circunstanciado, o “atesto” supre os efeitos do “recebimento definitivo”;

9.2.5. o não cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições para o “atesto”, implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades contratuais previstas.

9.3. O pagamento do objeto contratual será efetuado por meio de depósito na conta-corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da data do atesto na Nota Fiscal.

9.4. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei, sem prejuízo das retenções previstas neste Instrumento.

9.4.1. caso a Fornecedora seja optante pelo “SIMPLES NACIONAL” e pretenda utilizar-se da hipótese de não-retenção prevista no art. 4º, XI, da Instrução Normativa n.º 1234/2012, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, declaração nos moldes preconizados no art. 6º, na forma do Anexo IV, deste regulamento, para fins da Lei Complementar n.º 123/2006;

9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA X - DA MORA

10.1. O atraso na execução do objeto contratado, sem justificativa por escrito aceita pelo CONTRATANTE, constitui a CONTRATADA em mora, sujeitando-a à multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, apurada sobre o valor total da obrigação em atraso, a contar da data final do prazo estipulado para execução do objeto, observado o limite de 12% (doze por cento).

10.2. Ocorrendo hipótese de multa de mora, o valor correspondente será retido cautelarmente pela Administração por ocasião do pagamento do objeto contratado e, conforme o caso, oportunamente devolvido à CONTRATADA ou recolhido definitivamente ao Tesouro Nacional.

10.3. Na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, fica facultado à Administração reconhecer a ocorrência de hipótese de rescisão contratual prevista no art. 78, I, II ou III, da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a CONTRATADA às multas e penalidades previstas (sanções).

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

11.1. O inadimplemento total ou parcial do objeto, sujeitará a CONTRATADA à multa de 20% (vinte por cento), aplicável sobre a parcela inadimplida.

11.2. O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) do valor total da obrigação.

11.2.1. Considera-se obrigação acessória toda a ação ou omissão exigível da CONTRATADA em decorrência da aplicação de dispositivo contratual, que não seja inerente ao objeto da contratação ou ao prazo de execução.

11.3. Na forma prevista no art. 87, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, além das sanções pecuniárias previstas neste contrato, a CONTRATADA estará sujeita à sanção de advertência, prevista no inciso I daquele dispositivo.

11.4. Nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, a CONTRATADA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedida de licitar e contratar com a União, e descredenciada do SICAF, nos casos de:

11.4.1. deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

11.4.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

11.4.3. fraudar a execução do Contrato;

11.4.4. falhar na execução do Contrato;

11.4.5. comportamento inidôneo;

11.4.6. cometimento de fraude fiscal.

11.5. Na aplicação das sanções previstas neste Contrato, a Administração considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 87, "caput", da Lei n.º 8.666/1993.

11.6. Aplica-se às hipóteses de multas de que trata esta Cláusula, o mesmo procedimento de retenção do

valor corresponde previsto para a multa de mora.

11.7. As multas ou outras penalidades aplicadas, inclusive no caso de mora, serão registradas no histórico da CONTRATADA, no SICAF.

11.8. Na aplicação das sanções previstas nesta Cláusula e na Cláusula anterior, a Administração observará as determinações da Portaria nº 569/2014 do TRF da 4ª Região.

CLÁUSULA XII - DAS ALTERAÇÕES

12.1. Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XIII - DO REAJUSTE

13.1. Os valores constantes na Cláusula do Preço poderão ser reajustados após a periodicidade de um ano contada da data-limite de apresentação da proposta ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os termos da Lei n.º 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

13.2. O reajustamento contratual será feito com base na variação do IPCA- IBGE, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a fórmula a seguir:

$R = ((I - I_0)/I_0) \times V$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I₀ = Índice da data de apresentação da proposta.

V = Valor Contratual.

13.3. Compete a CONTRATADA a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do CONTRATANTE.

13.4. A CONTRATADA poderá exercer, perante o CONTRATANTE, seu direito ao reajuste dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

13.4.1. Os efeitos financeiros do reajustamento retroagirão da data em que o CONTRATANTE tiver ciência do pedido até a data da aquisição do direito ao reajuste contratual, independentemente de expresso requerimento da CONTRATADA quanto à retroação, sendo vedado, em qualquer hipótese, tal extensão retroativa ultrapassar 60 (sessenta) dias.

13.5. Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

13.6. O reajustamento será fornecido de forma “pro rata”.

CLÁUSULA XIV - DA PUBLICAÇÃO

14.1. Em cumprimento ao parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, o CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA XV - DA RESCISÃO

15.1. A rescisão deste Contrato somente se dará na forma e nas hipóteses previstas na Lei n.º 8.666/1993.

15.2. Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA XVI - DOS ANEXOS

16.1. Integram este Contrato, como anexo, as cópias da proposta apresentada pela CONTRATADA (doc.), do Anexo I – Termo de Referência (doc.) e da Ata de Realização do Pregão (doc.) das quais os signatários declaram ciência.

16.2. Prevalcem as disposições deste Instrumento em face de condições discordantes constantes da proposta da CONTRATADA ou que impliquem prejuízo às prerrogativas da Administração, estabelecidas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA XVII - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. Para efeitos desta Cláusula, CONTRATANTE e CONTRATADA passam a ser referidos como PARTES.

17.2. As PARTES, por si e por seus colaboradores, comprometem-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Privacidade, Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais e com as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei n.º 13.709/2018 e a Resolução n.º 363/2021 – CNJ.

17.3. A coleta, processamento e armazenamento de informações e dados pessoais coletados em decorrência do objeto deste Termo, ou sua operacionalização, será realizada pelas PARTES visando unicamente ao cumprimento de seu objeto, dentro de seu escopo e segundo sua permissão e finalidade de acesso.

17.4. As PARTES declaram que os dados pessoais coletados no presente Contrato serão aqueles estritamente necessários para o cumprimento das obrigações assumidas, e não sofrerão nenhum outro tipo de tratamento, nos termos do artigo 7º, inciso IX da Lei n.º 13.709/18.

17.5. As PARTES se comprometem a utilizar e manter medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso

não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida, bem como para fornecer acesso aos titulares de tais dados caso solicitado.

17.6. As PARTES comprometem-se a treinar e orientar seus colaboradores sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

17.7. As PARTES declaram, garantem e concordam que as Informações e Dados Pessoais, quando compartilhadas entre ambas, serão tratadas como confidenciais e sigilosas, mantendo acesso restrito e, exclusivamente, às pessoas que necessitem deles ter conhecimento para cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.

17.8. Cada PARTE se compromete a obter e apresentar a outra PARTE, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos Termos de Consentimento e Autorização dos titulares para tratamento dos dados pessoais dos quais forem Controladoras, bem como, os respectivos Termos de Compromisso e Responsabilidade pelo Acesso e Tratamento de dados realizado por seus colaboradores.

17.9. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da outra PARTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

17.10. Caso uma das PARTES seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente à outra PARTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

17.11. Cada PARTE deverá notificar à outra em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais, que possa caracterizar um Incidente de Privacidade, como destruição acidental ou ilegal, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso a dados de Informações Pessoais transmitidos, armazenados ou processados de outra forma, informando, ainda, a natureza do Incidente de Privacidade, as categorias e número aproximado de titulares de dados e registros de Informações Pessoais impactados por tal Incidente de Privacidade.

17.12. As PARTES concordam em cooperar plenamente uma com a outra, investigar e resolver qualquer incidente de privacidade e fornecer à outra PARTE qualquer informação necessária para a solução do incidente, minimizando todos os impactos causados.

17.13. As PARTES responsabilizam-se, integralmente, por qualquer violação, comprometimento e/ou vazamento de dados a que derem causa, durante e em decorrência da execução Contrato, seja direta ou indiretamente, devendo indenizar os danos que causarem, seja à outra PARTE ou a um titular de dado, seja ele patrimonial, moral, individual ou coletivo ainda que por culpa ou dolo de terceiros que, em seu nome, atuem no tratamento de dados pessoais.

17.14. Encerrada a vigência do Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, as PARTES interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), na forma do artigo 16 da Lei n.º 13.709/2018, salvo quando necessitem mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na mesma norma.

CLÁUSULA XVIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta licitação, serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas e-mail, para o número ou endereço eletrônico indicados pela CONTRATADA na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio do fax ou mensagem eletrônica.

18.2. Todos os documentos exigidos em razão do presente Contrato, deverão ser apresentados em original, por publicação oficial ou cópia autenticada por tabelião ou servidor de Unidade do CONTRATANTE, responsável pela sua instrução.

18.3. A CONTRATADA DECLARA a inexistência, no seu quadro societário, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, o que implicaria impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução nº 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

18.3.1. O impedimento estende-se na hipótese de ter a CONTRATADA, no quadro de pessoal, empregados destinados à prestação de serviços decorrentes deste contrato, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, consoante determinado na Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

18.4. O presente Instrumento será firmado através de sistema de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, garantida a eficácia das Cláusulas cujo compromisso é assumido.

CLÁUSULA XIX - DO FORO

19.1. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas deste ajuste.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Acosta Pinto, Diretor do Núcleo de Licitações e Contratos**, em 22/09/2022, às 07:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **6277915** e o código
CRC **28636468**.